CIDADANIA E DEFESA

BOLETIM INFORMATIVO

Nº 31 Junho – Julho de 2008

Vivemos a analisar estudos (...)
e em análise de orçamentos.
E enquanto o mundo evolui,
nós continuamos a ver essa evolução...

AACDN ASSOCIAÇÃO DE AUDITORES
DOS CURSOS DE DEFESA NACIONAL

Instituição de Utilidade Pública

Boletim Informativo da AACDN - Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional

Cidadania e Defesa

Praça do Príncipe Real, 23 r/c Dto 1250-184 Lisboa

Tel : 213 465 888 Fax: 213 257 886
E-mail:aacdn.boletim@mail.telepac.pt

visite o nosso site - **www.aacdn.pt**

Ficha Técnica

Direcção
Joaquim Silveira Sérgio

Edição
Francisco Marques Fernando

Composição Gráfica
Elisa Pio

Colaboração
Miguel Fradique da Silva

Colaboração Fotográfica
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA

Execução Gráfica
Gráfica Central de Almeirim, Lda
Zona Industrial, Lote 41 - D - 2080-221 Almeirim
Tel : 243 591 555 Fax: 243 597 559 E-mail:geral@graficacentral.pt

Tiragem
1 000 Exemplares

Depósito Legal nº 260726/07

Nº 31 Junho – Julho de 2008

EDITORIAL

Sumário

3 | Editorial

5 | O Novo Código dos Contratos Públicos

8 | Kosovo em estado de espera

14 | Energia Renovável

16 | Novas Perspectivas a Leste
As ambições de Bruxelas

20 | A NATO e o processo de reconstrução do Afeganistão

23 | Ministro da Defesa Nacional – José Veiga Simão

24 | Acontecimentos & Actualidades

26 | UmDeCadaVez (Abilio Ançã Henriques)

Capa – TGV

Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores

Caros Colegas

Independentemente das razões que possam ter assistido às partes em confronto, o certo é que a greve dos camionistas fez estremecer, quais varas verdes acometidas pelo vento, o País. Os fornecedores de grande parte dos bens essenciais – desde os alimentares aos energéticos – aos cidadãos deste rectângulo estremenho da Europa *pausaram*. E ao *pausar,* fizeram entornar o caldo. Que entornou, não pela abundância, mas pelo contra-senso da míngua. Ou seja, o País, de passado minguado, mostrou, ainda mais, as suas fragilidades. E em menos de uma semana… sossobrou.

Se estivéssemos no tempo das cruzadas, dir-se-ia que o cerco foi de curta duração e que os sitiados rapidamente se renderam…

No entanto, mesmo as coisas más têm também o seu lado positivo. Em primeiro lugar, demonstrou, a quem porventura ande a pairar em sonhos grandiloquentes, quão débeis são as reservas estratégicas de bens e produtos vitais de consumo (aquelas coisas a que os tais sonhadores chamam comezinhas, de menor importância, de que não vale a pena andar a pensar nelas) – o que é preocupante. Em segundo lugar, também demonstrou o erro de se afunilar, em grande parte, o transporte de mercadorias por via rodoviária, em vez do mesmo ser mais diversificado, utilizando, por exemplo, o transporte ferroviário e, por que não mesmo, o marítimo-fluvial. Ou seja, já que andamos com um comportamento de fixação imitativa do que se faz na Europa, dita mais avançada, talvez seja tempo de modernizarmos e incrementarmos outros tipos de transporte e pensarmos duas vezes antes de sujeitarmos ao abandono delapidador as vias ferroviárias, ainda existentes, sobrecarregando assim as rodovias.

Do ponto de vista ambiental, que o digam os especialistas, ficaríamos todos a ganhar. Por outro lado, vale a pena contemplar certos sacrifícios financeiros, porque o povo encarregar-se-á de compreender.

A propósito de Europa, pode dizer-se que o País andou a velocidade reduzida durante o tempo em que a selecção de futebol andou a pontapear a bola, no campeonato europeu. Não sendo este o lugar mais indicado para tecer comentários ao que aconteceu a uma equipa *praticamente-quase-campeã* da Europa, nem tendo eu formação para tal, resta-me somente dizer que, e mais uma vez, ficámos pelo quase – o que nada veio a contribuir para a melhoria da auto-estima lusa, já previamente deteriorada.

Mas se chamo à colação este assunto é porque, de facto, o fenómeno relacionado com o futebol faz-me ocorrer à memória outros de similar particularidade.

Quando Portugal é apontado, infelizmente, como um país de baixo desempenho em vários índices;
quando se pede aos portugueses sacrifícios para se poder ultrapassar a actual situação conjuntural de base internacional, devido à especulação/carência do petróleo;
quando se questiona o papel das Forças Armadas e o seu financiamento para o desempenho das mais diversas missões;
quando se questionam os grandes investimentos nacionais, por se duvidar da real capacidade financeira do País para tais acometimentos;
quando a Banca aumenta ainda mais os juros, tornando mais difícil o acesso a bens e serviços, por parte da grande maioria dos portugueses;
quando no próprio desporto se assiste a verdadeiras assimetrias de financiamento...
eis que existem algumas tribos especiais (e não só no desporto), a quem tudo parece ser devido e pouco ou nada questionado, como se os mesmos tribalistas não fizessem parte do País – apesar das tentativas governamentais de pôr um ponto de ordem no branqueamento de determinadas atitudes.

É que, independentemente de estas tribos e respectivos tribalistas prestarem serviços essenciais e serem economicamente importantes, tais dissensões são passíveis de corroer a coesão nacional. E, nesta altura, neste difícil campeonato, que é de alta competição entre as nações, é de tudo o que menos precisávamos.

Joaquim Silveira Sérgio

O Novo Código dos Contratos Públicos

O novo *Código dos Contratos Públicos*, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008 e publicado em 29 de Janeiro, entrará em vigor a partir de 29 de Julho de 2008 e vai aplicar-se à generalidade dos contratos de regime público que sejam celebrados a partir dessa data.

O presente Código resulta da necessidade de transposição das Directivas Comunitárias sobre contratação pública, números 2004/17/CE e 2004/18/CE, de 30 de Abril, alteradas pela Directiva nº 2005/51/CE, de 7 de Setembro e rectificadas pela Directiva nº 2005/75/CE, de 16 de Novembro, sendo fundamental dar cumprimento a esta obrigação comunitária, adaptando o regime legal português àquele que decorria das referidas Directivas, que são de aplicação imediata na ordem jurídica dos Estados Membros.

Para além do cumprimento desta obrigação comunitária, o *Código dos Contratos Públicos* (CCP) criou um conjunto homogéneo de normas relativas aos procedimentos pré-contratuais, uniformizou e simplificou procedimentos e teve como principal objectivo concentrar num único diploma todos os regimes jurídicos actualmente em vigor e que se encontravam dispersos em diversos diplomas legais.

… este Código confere especial importância (…) aos aspectos que ponderem e valorizem preocupações sociais e ambientais relacionadas com o objecto do contrato a celebrar

O CCP alterou também os artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 33/99, de 5 de Fevereiro (relativos, respectivamente, ao âmbito objectivo e ao âmbito subjectivo de aplicação), diploma que disciplina as aquisições de bens

e serviços no domínio da Defesa, aplicando-se aos contratos públicos relativos a armas, munições e outro material de guerra, celebrados pelo Ministério da Defesa Nacional, ou pelas entidades do sector empresarial do Estado que prossigam atribuições do Ministério da Defesa Nacional, bem como aos contratos relativos a aquisições destinadas à Guarda Nacional Republicana, nos termos definidos na Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas e no respectivo estatuto orgânico. Às matérias que não estiverem expressamente reguladas no referido D.L 33/99, aplica-se subsidiariamente o regime geral sobre a realização de despesas públicas e aquisição de bens e serviços, agora disciplinado no CCP.

O CCP representa um assinalável esforço de modernização dos procedimentos e da relação entre a Administração e os particulares, pretendendo introduzir maior celeridade em matéria de contratação pública, de que são exemplo a apresentação das propostas e dos documentos de habilitação por via electrónica e a supressão da fase do Acto Público do Concurso.

Relativamente à apresentação electrónica das propostas, é questionável esta solução em matéria de confidencialidade das mesmas e da protecção do segredo comercial das empresas, em virtude da liberdade da sua consulta, sem restrições, por parte dos restantes concorrentes. Esta situação poderá pôr em causa a confiança dos concorrentes no sistema e criar-lhe alguma insegurança, na protecção dos dados a fornecer no âmbito das suas propostas, dado que resultará extremamente fácil copiar integralmente as propostas de qualquer dos outros concorrentes, pondo em causa a segurança jurídica e a protecção de dados de cariz comercial, relevantes na classificação e adjudicação das propostas no âmbito da contratação pública. Nessa conformidade, a lei prevê que por motivos de segredo comercial, industrial, militar, ou outro, os interessados requeiram, fundamentando, a classificação de documentos integrantes da proposta,

O CCP representa um assinalável esforço de modernização dos procedimentos e da relação entre a Administração e os particulares

para efeitos da restrição ou da limitação de acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário. Compete ao órgão competente para contratar a decisão sobre a classificação e eventual posterior desclassificação dos documentos.

O CCP procedeu também à regulamentação das figuras de *project finance, aquisition finance e asset finance*, situações bastante implementadas na prática contratual portuguesa nos últimos anos, no âmbito de grandes projectos, com mobilização de avultados recursos financeiros, designadamente relativos a contratos de concessão decorrentes de parcerias público-privadas.

O CCP pretende conferir maior autonomia contratual às partes, passando a predominar a existência de normas de carácter supletivo, originando uma desregulamentação em matéria de execução dos contratos de empreitada. Por outro lado, foi preocupação do legislador fazer maior apelo ao interesse público e aos poderes do contraente público, mas concomitantemente prevê-se um maior equilíbrio das prestações das partes, relativamente à legislação anterior.

Quanto à desregulamentação em matéria da execução do contrato, podem suscitar-se algumas dúvidas sobre qual o caminho que seguirão as entidades públicas. Os Cadernos de Encargos passam a ser tendencialmente facultativos – vão seguir os modelos anteriores, vão criar modelos novos ou mesclar os dois elementos? As entidades adjudicantes vão ter maior liberdade na fixação de algumas das regras a que se submeterão os contratos. Os concorrentes, deparando-se com situações não previstas nos documentos concursais ou contratualmente, terão aí alguma margem de manobra para eliminar a concorrência, sendo que esta situação poderá potenciar um aumento de litígios na contratação pública. Esta situação de potencial litigiosidade é agravada por terem sido extintas pelo CCP as Tentativas de Conciliação Extra-Judiciais, antes realizadas no Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, que evitavam muitas acções judiciais, face às elevadas taxas de conciliações aí existentes e que constituíam um mecanismo legal de dirimição de litígios, prévio ao recurso aos Tribunais Administrativos.

De referir que este Código confere especial importância, em termos de avaliação de propostas, aos aspectos que ponderem e valorizem preocupações

O CCP pretende conferir maior autonomia contratual às partes (...) originando uma desregulamentação em matéria de execução dos contratos de empreitada

sociais e ambientais relacionadas com o objecto do contrato a celebrar, em linha com a Estratégia Nacional de Acção de Compras Públicas Ecológicas.

O CCP teve a preocupação de conseguir uma maior transparência em toda a actividade administrativa e um maior controlo e rigor da despesa pública, designadamente com normas relativas aos trabalhos a mais, a adiantamentos de preço, à revisão de preços e à liberação da caução.

A prática no âmbito da contratação pública revelou ao longo dos anos inúmeras insuficiências e indefinições, quer ao nível dos cadernos de encargos, quer ao nível dos projectos, gerando atrasos no andamento das obras e derrapagem nos custos das mesmas, com consequências nefastas, tanto em termos de prazos como de custos. Essas situações têm criado a necessidade de realização de trabalhos a mais e o pagamento de indemnizações por suspensões dos trabalhos, com os inerentes custos para o erário público, que agora se pretende evitar com normas de rigor e controlo insertas no CCP - designadamente através da redução da percentagem de trabalhos a mais, bem como pela alteração do regime de reclamação por erros e omissões. Contudo, só a prática dirá se essas medidas terão o efeito pretendido, pois a redacção das disposições relativas ao preço, aos trabalhos a mais e aos erros e omissões são susceptíveis de gerar distintas interpretações.

Em nosso entender, foi escassa a regulamentação em termos de responsabilização dos autores dos projectos, relativas a erros e omissões que decorram do incumprimento de obrigações de concepção assumidas perante o dono da obra, face às pesadas consequências decorrentes das indefinições de projecto.

Em síntese, é patente que o CCP constitui uma autêntica revolução em matéria de contratação pública e é um motor de modernização para todos os seus intervenientes e para a vida económica do País. A dúvida que se coloca é saber se os vários intervenientes estarão preparados para o aplicar, visto que este Código implica uma elevada modernização e exigência, em termos de tecnologias da informação. Do lado da Administração terá de haver uma rápida aquisição de qualificações técnicas, designadamente ao nível dos responsáveis pelo lançamento dos procedimentos e da elaboração dos cadernos de encargos. Do lado dos particulares, poderão ficar em desvantagem as

pequenas empresas que, pela sua dimensão e menor capacidade técnica e financeira, terão provavelmente dificuldade em responder a tais exigências.

As dúvidas que se suscitam quanto à aplicação prática do CCP – e que são muitas – terão de ser solucionadas com a responsabilização e o bom senso de todos os intervenientes, no sentido de dotar o mercado da contratação pública de mecanismos de maior rigor, eficiência e transparência, o que beneficiará a nossa economia como um todo e contribuirá para a concretização dos grandes projectos que estão previstos realizar nos próximos anos em Portugal.

Autora

Anabela Pouseiro
Advogada
Auditora do CDN 2005/2006

Kosovo em estado de espera

"O Kosovo é um caso inédito que requer uma solução inédita. Esta solução não constitui um precedente para outros conflitos que não foram resolvidos".

Martti Ahtisaari,
Enviado Especial do Secretário Geral das Nações Unidas para o Estatuto do Kosovo

Foto: ONU

O Kosovo viveu no limbo desde Agosto de 1999 até 17 de Fevereiro de 2007. Foi, então, que declarou unilateralmente a sua independência. Ansiada por uns como um eventual momento refundador, de ruptura com as fórmulas velhas da velha organização do mundo, das fronteiras erigidas como barreiras intransponíveis, da 'soberania como

licença para matar'; por outros como mais um epifenómeno das movimentações profundas na ordem/equilíbrio geopolítico nos Balcãs ocidentais, numa guerra fria revisitada em que os norte-americanos, apoiando os kosovares, e os russos, apoiando os sérvios, se digladiam, mais uma vez por procuração, em busca de um vago título de potência dominante; por outros, ainda, como o abrir da *Caixa de Pandora* que libertará todos os males do mundo e que, graças a esse tal 'efeito de dominó', poderá fazer implodir o sistema de estados, como o conhecemos.

Mas o que se joga hoje no Kosovo é o destino dos kosovares, em primeiro lugar, em segundo lugar e em terceiro lugar.

Os argumentos de um quase inevitável e anunciado fracasso do estado – o Kosovo é um estado muito pouco viável, geograficamente exíguo, desafiado pela escassez de recursos naturais, assolado pela actividade de redes de contrabando de tudo e perturbado pela presença de estruturas informais de poder, como milícias paramilitares e clãs – não colhem em relações internacionais. As Nações Unidas acolheram ao longo da sua história estados recém-independentes que não cumpririam os, hoje, fundamentais requisitos de viabilidade. Aliás, se olharmos para uma lista, das várias disponíveis no meio académico, de estados falhados, quantos deles serão realmente estados viáveis? Quantos deles cumpririam esta espécie de mínimos olímpicos da especialidade estado soberano viável?

A questão não é esta, não pode ser esta.

A génese da actual situação – e que preenche esta linha de separação entre aqueles que vêem na independência do Kosovo uma inevitabilidade indesejável mas superável e os que a percebem como um perigo da mais alta gravidade, como uma ameaça à ordem internacional – reside não na importância criadora do 'mito do Kosovo' para a identidade colectiva sérvia, não no facto de o Kosovo albergar alguns dos mais importantes lugares de culto da Igreja Sérvia Ortodoxa e, em consequência, ser um centro espiritual, mas sim em 1999. Mais concretamente em Julho de 1999, quando o Conselho de Segurança das Nações Unidas adopta a Resolução 1244, que atribui ao Secretário Geral a função de criar uma presença internacional no território.

A discussão em torno da terminologia usada prenuncia problemas que percorrerão toda a missão: a missão, para o Kosovo, chamar-se-á *administração interina* e não administração transitória – como é a designação genérica destas operações civis das Nações Unidas. A Jugoslávia nunca teria autorizado uma missão que, mesmo apenas em nome, presumisse que assistia a uma transição; a mesma reserva não se registou, meses depois, em Timor-Leste com uma missão de *administração transitória* das Nações Unidas que tinha como fito auxiliar Timor a transitar de província indonésia para estado soberano e independente. Este é apenas um dos primeiros sinais do que estará na mesa das negociações, anos depois.

A Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo (UNMIK) é uma operação original. Pela Resolução 1244, o Conselho autorizou o Secretário Geral, com a assistência das organizações internacionais relevantes, a estabelecer no Kosovo uma presença internacional civil com vista a assegurar uma *administração interina* para o Kosovo, na qual o povo possa gozar de uma *autonomia substancial*[1] dentro da República Federal da Jugoslávia e que garanta uma *administração temporária* enquanto estabelece e supervisiona o desenvolvimento de instituições democráticas próprias provisórias para garantir aos habitantes do Kosovo uma vida normal e em paz.[2]

Coube à *UNMIK* o desempenho das tarefas administrativas civis essenciais, aquilo que em teoria de organizações internacionais no exercício do poder de administração pelas Nações Unidas se chama administrações civis transitórias, isto é, operações de construção de estados.

O mandato da UNMIK assenta, e é essa em simultâneo a sua originalidade e força, em quatro pilares, com uma gestão uniformizada, sob a autoridade das Nações Unidas: Pilar I – Polícia e Justiça[3], sob a liderança directa das Nações Unidas; Pilar II – Administração Civil, sob a direcção das Nações Unidas; Pilar III – Democratização e Criação de Instituições, dirigido pela OSCE; e Pilar IV – Reconstrução e Desenvolvimento Económico, dirigido pela União Europeia. Uma força internacional, liderada pela NATO, está também presente, visando garantir uma presença de segurança.

Este *modus operandi* tratava-se de uma tentativa de esforço de equipa único, juntando quatro organizações internacionais sob o guarda-chuva das Nações Unidas, delegando em organizações regionais a execução de algumas tarefas para as quais estão mais bem equipadas do que a ONU, quer pelo acervo relacional com os territórios destinatários, quer pelo interesse acrescido, fruto da proximidade, nesses processos de estabilização.

Para além destas organizações, estavam ainda presentes no território o Alto Comissariado das Nações Unidos para os Refugiados, o Programa Alimentar Mundial, o Fundo das Nações Unidas para a Infância, o Programa das Nações para o Desenvolvimento, o FMI, o Grupo do Banco Mundial, o Comité Internacional da Cruz Vermelha, a OIT, o Conselho da Europa e muitas, muitas, ONGs. Alguns Estados também decidiram estabelecer missões no território, de forma a favorecerem pela sua presença e apoio o processo político e de reconstrução do Kosovo. Esta multidão de actores envolvidos na implementação do mandato da S/RES/1244 verificou-se, não rara vez, contraproducente.[4]

O trabalho da UNMIK foi sendo realizado e o mandato implementado, num ambiente por vezes de grande tensão, contestado pelas estruturas políticas paralelas e grupos locais com agendas próprias e conflituantes com a das Nações Unidas.

A Resolução 1244 fala de uma autonomia substancial

e de um grau governo próprio significativo para o Kosovo[5] sem operacionalizar os respectivos conceitos. "No terreno, rapidamente se reconheceu que o regresso do Kosovo ao controlo directo de Belgrado era inconcebível. Não obstante, as resoluções que autorizaram a missão e as declarações oficiais enfatizavam o respeito pela integridade territorial e independência política da RFJ.[6] "

Assim, a interpretação dos limites dos mesmos e, consequentemente, das competências da Missão ficou dependente da personalidade e inclinação de cada RESG no território. Contam alguns responsáveis da ONU que Bernard Kouchner, o primeiro RESG para o Kosovo, caricaturava a situação dizendo que todos os dias, pela manhã, lia pelo menos duas vezes a Resolução 1244 e continuava sem saber o que autonomia substancial significava[7] .

A ambiguidade dos conceitos favoreceu a clandestinidade do movimento secessionista que sempre existiu na Província e não permitiu canalizar de uma forma produtiva as agendas políticas divergentes das facções presentes no terreno. Serviu também para inibir o Investimento Directo Estrangeiro, mormente no que toca ao fornecimento de bens públicos, pois a indefinição do estatuto final do território afastou os investidores.

Entre os próprios habitantes do território a dúvida permanecia, sobretudo, entre os adeptos de uma interpretação de autonomia substancial, como uma etapa para um projecto de independência, que recordam o direito à autodeterminação consagrado e garantido pela Organização.

Ao abrigo da Resolução 1244, a Administração Interina encetou um processo de construção de estado – sem estar inequivocamente mandatada para essa tarefa. A Missão adoptou um Quadro Constitucional para o território, permitindo a realização de eleições parlamentares e a nomeação de um Presidente e de Instituições Provisórias de Governo próprio.

Em meados de Dezembro de 2003, o Conselho de Segurança apoiou o conjunto de "Padrões para o Kosovo[8]", os *standards before status* de Michel Steiner. Tratava-se de um conjunto de padrões escritos que cobriam oito secções (Instituições Democráticas, Estado de Direito, Liberdade de Movimentos, Regresso e Reintegração, Economia, Direitos de Propriedade, Diálogo com Belgrado e o Corpo de Protecção do Kosovo) e que visam preparar o território para o seu estatuto final, incluindo a realização de eleições livres, justas e periódicas, a liberdade dos meios de comunicação e um sistema judicial imparcial e viável.[9]

A UNMIK manteve certas reservas de poderes, incluindo o controlo sobre a segurança, as relações externas e a protecção dos direitos das minorias. Se o Kosovo já se governava com uma semelhança notável a um estado soberano, se era já um estado de facto, faltava agora tratar do seu estatuto político final.

Nesta esteira, Kofi Annan nomeou Kai Eide (Noruega) seu Enviado Especial para o Kosovo e encomendou-lhe um relatório exaustivo sobre a situação no território, apurando se estavam reunidas as condições para se encetar o processo político de determinação do estatuto do Kosovo. A resposta foi moderada, porém positiva. E, em Outubro de 2005, o Secretário Geral nomeou Martti Ahtisaari (Finlândia) para liderar a equipa de negociadores que tentaria elaborar uma proposta para o estatuto final do Kosovo.

De Fevereiro até Setembro do ano seguinte, a equipa coordenada por Ahtisaari (UNOSEK) envolveu-se em negociações com os representantes do Kosovo e da Sérvia em rondas de conversações directas em Viena e com missões de especialistas a ambas as capitais.

Acreditamos que o Plano Ahtisaari estivesse pronto antes do fim de 2006. Porém, a realização de eleições na Sérvia no final do mês de Janeiro de 2007 terá levado ao adiamento da apresentação do Plano, tentando evitar-se que a solução proposta, fosse ela qual fosse, pudesse ser usada como argumento eleitoral. Temia-se, sobretudo, que uma previsível proposta de independência fosse instrumentalizada pelas forças nacionalistas mais radicais que explorariam o 'mito do Kosovo' para aumentarem a sua plataforma política. Alguns acreditam que este adiamento pretendia favorecer uma linha mais pró-ocidental, mais pró-integração europeia.

O trabalho final de Ahtisaari foi apresentado em dois documentos: a Proposta Integrada para a Resolução do Estatuto Final do Kosovo, um documento com 60 páginas em que nunca é referida a palavra independência e em que são elaboradas as propostas concretas para a governação do território, os direitos das minorias e os respectivos mecanismos de monitorização e protecção, a supervisão internacional; e o Relatório do Enviado Especial do Secretário Geral das Nações Unidas para o Futuro Estatuto do Kosovo – um relatório de 4 páginas em que é recomendado que o Kosovo seja uma independência supervisionada/controlada pela comunidade internacional.[10]

Os pormenores do Plano Ahtisaari foram formalmente apresentados às autoridades de Belgrado e de Pristina a 25 e a 26 de Janeiro ao chamado Grupo de Contacto,

o quinteto composto pelos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França. Alemanha, Itália e Rússia.
Seguiram-se reuniões adicionais e, em 10 de Março, o processo negocial da UNOSEK foi considerado formalmente encerrado. Sem que as partes estivessem mais perto de um acordo, acrescentou Ahtisaari. Quando lhe perguntaram se era de mais tempo que ele precisava, o finlandês respondeu dizendo que de facto seria necessário muito mais tempo, mas que ele não teria anos de vida suficientes para o quanto ele achava que ainda demoraria o processo negocial.
O Plano terminado foi enviado ao Secretário Geral da ONU que o endossou e enviou ao Conselho de Segurança em 26 de Março de 2007. Nesta altura o Plano tinha grandes apoiantes, os kosovares albaneses, os Estados Unidos da América, a presidência em exercício da União Europeia (a Alemanha), o Conselho da Europa, o Parlamento Europeu e a NATO e, como já referimos, o Secretário Geral da ONU. Os opositores eram em menor número, mas nem por isso menos importantes: os sérvios à cabeça da oposição, a Rússia que tem invocado o grave precedente que essa independência iria abrir e garantindo à Sérvia que não autorizará a imposição de qualquer acordo sem o seu consentimento expresso. Esta garantia é particularmente relevante pelo direito de veto que a Rússia tem no Conselho de Segurança, por onde se entendia que a solução deveria passar.
O Plano pode ser lido como um roteiro para a construção de um estado[11]. Prevê um quadro constitucional[12] em que se estabelece um Kosovo feito sociedade multi-étnica, baseada na igualdade de todos os seus cidadãos, sem religião oficial e neutral em matéria de crenças religiosas; com a sua própria bandeira, selo e hino, que deverão reflectir o seu carácter multi-étnico; as línguas oficiais serão o albanês e o sérvio; o Kosovo terá o direito de negociar e celebrar tratados internacionais, inclusive o direito de se candidatar a admissão em organizações internacionais; o Kosovo não fará quaisquer reivindicações territoriais contra qualquer estado nem procurará unir-se a qualquer outro estado, ou parte de outro estado; o Kosovo promoverá e facilitará o regresso em segurança e com dignidade dos refugiados e pessoas internamente deslocadas; os direitos e liberdades estabelecidos nos principais instrumentos internacionais e tratados de direitos humanos e liberdades serão directamente aplicáveis no Kosovo; as comunidades não-maioritárias[13] estarão representadas na Assembleia através de um sistema de lugares cativos/garantidos; a legislação que lida com áreas de especial interesse para as comunidades não-maioritárias exigirá um procedimento parlamentar específico: uma "dupla maioria" dos membros da Assembleia e dos membros de partidos, coligações, iniciativas de cidadãos e candidatos independentes que se tenham declarado como representantes das comunidades; o governo do Kosovo, incluindo a sua função pública, deverá reflectir a diversidade do povo do Kosovo; o presidente do Kosovo representará a unidade do povo do Kosovo; dever-se-á, ainda, estabelecer um Tribunal Constitucional.
Ahtisaari previa um *compromisso razoável*, aquilo, que poderíamos chamar de *independência sujeita a uma supervisão internacional*. Pelo Plano, a minoria sérvia teria assegurados lugares na administração municipal e no parlamento bem como na polícia e na administração pública; e seria ainda consagrado um estatuto especial para a igreja ortodoxa sérvia.
Uma presença internacional seria assegurada por intermédio de um Representante Civil Internacional, que seria também o representante da União Europeia, e uma presença militar internacional, através de uma missão de Política Europeia de Segurança e Defesa bem como da manutenção de forças da NATO no país.
O calendário prevê um período de transição de 120 dias; findo o qual expiraria o mandato da UNMIK e todos os seus poderes legislativos e executivos seriam transferidos para as autoridades do Kosovo. A Assembleia do Kosovo, em consulta com o Representante Civil Internacional, aprovaria uma nova Constituição, assim como os textos necessários à aplicação do Plano e à criação das novas instituições do Kosovo previstas no mesmo.
Terminado o período de transição, o mandato da UNMIK expiraria e todos os poderes legislativos e executivos que lhe foram confiados seriam transferidos para as autoridades do Kosovo, em conformidade com o Plano. Finalmente, seriam convocadas eleições gerais e locais "num prazo de nove meses a partir da entrada em vigor do Plano."
A reacção sérvia foi a esperada e mesmo a liderança pró-ocidental do presidente Boris Tadic e do seu primeiro ministro nacionalista Vojislav Kostunica rejeitou imediatamente o Plano e reafirmou que o Kosovo era Sérvia, era o berço da nação sérvia.
O Plano Ahtisaari não conseguiu forjar os consensos necessários. Seguiu-se a constituição de uma troika, com diplomatas dos Estados Unidos, União Europeia e Rússia, que tomaram a seu cargo explorar os pontos de entendimento possíveis. Os resultados foram inexpressivos e o Conselho de Segurança também não foi capaz de forjar um entendimento.
A Rússia, tal como já havia anunciado, manteve a sua disposição de vetar qualquer solução que não tivesse um prévio consentimento claro da Sérvia. A Sérvia manifestou, perante o Conselho, a sua indignação pela disposição de alguns dos seus membros estarem dispostos a violar a integridade territorial consagrada na Resolução 1244. Os kosovares revelaram-se mais uma vez frustrados por verem um processo, que dura há oito anos, chegar mais uma vez a um impasse.
No terreno a situação parecia poder transformar-se a qualquer momento, pois a tensão inter-étnica era evidente. Os sérvios não participavam e boicotavam, instigados por Belgrado, a vida política do Kosovo; os albaneses mostravam sinais de impaciência que, não rara vez, se traduziam em actos de violência contra a minoria sérvia e contra a própria Missão das Nações Unidas.
E para não fazer de uma história de impasses uma história longa, em 17 de Fevereiro de 2007, numa festa preparada, organizada, com direito a bolo comemo-

rativo, o Kosovo declarou unilateralmente a sua independência numa reunião extraordinária do Parlamento em Pristina, a capital do Kosovo.

A declaração de independência assinada por todos os parlamentares, com excepção dos de etnia sérvia, afirma que surge *em resposta ao apelo do seu povo para que se construa uma sociedade assente na dignidade humana*, comprometida *a enfrentar o legado do passado mais num espírito de reconciliação e perdão*, dedicada a *proteger e a promover a diversidade do seu p*ovo, empenhada em *integrar-se plenamente na família de democracia euro-atlânticas*, destacando que o "*Kosovo é um caso especial que resulta da desintegração não-consensual da Jugoslávia e que não constitui um precedente para qualquer outra situação*", recordando os anos de sofrimento e violência no Kosovo e *agradecendo a intervenção de 1999* que os retirou da tutela de Belgrado e *os colocou sob administração interina das Nações Unidas*, orgulhosos do caminho já percorrido pelo Kosovo e lamentando que os anos de negociações patrocinadas pelo Grupo de Contacto e pelas Nações Unidas não tenham conseguido forjar um entendimento sobre o estatuto do Kosovo, acolhem as recomendações do Enviado Especial das Nações Unidas, Martti Ahtisaari, que *poderão dar ao Kosovo um enquadramento global para o seu futuro desenvolvimento e que estão em linha com os mais altos padrões europeus de direitos humanos e boa governação*.

A conclusão imediata deste raciocínio é que *os líderes kosovares, democraticamente eleitos pelo seu povo*, declaram que *o Kosovo é um estado soberano e independente*.[14]

A declaração de independência do Kosovo refere-se oito vezes ao Plano Ahtisaari e endossa todas as linhas de força do Roteiro, pretendendo, desta forma, mostrar que está em consonância com as propostas e pretendendo dar garantias de que será respeitado o estado de direito e o carácter multi-étnico do território.

A declaração foi recebida com reacções que foram desde o reconhecimento imediato – o primeiro estado a reconhecer formalmente o Kosovo foi a Costa Rica – até ao repúdio total e alarmante com a invocação do grave precedente que o caso abre, como a posição da Rússia, passando pela moderação de estados como Portugal, que está a analisar o assunto.

Há aqui algumas considerações que se impõem, embora seja de destacar que o reconhecimento internacional é, fundamentalmente, uma opção política com grande margem de discricionariedade e que estão registados casos em que um estado declara a independência sem que a mesma seja reconhecida, logo não produzindo efeitos jurídicos.

A Resolução 1244 afirma a necessidade de os estados respeitarem a integridade territorial da Jugoslávia ao mesmo tempo que atribui à ONU a responsabilidade pela administração do Kosovo. Trata-se de uma administração interina, não até que o território regresse à soberania sérvia, mas sim até que seja determinado o seu estatuto político. E essa determinação caberá às próprias Nações Unidas. O Secretário Geral, que tem a responsabilidade primeira pela execução das tarefas da missão, por exemplo nomeando o Administrador Interino – sintomaticamente designado por Representante Especial do Secretário Geral –, pode chamar a si uma interpretação mais criativa sobre os limites e as potencialidades da sua missão e decidir envolver a União Europeia de forma mais operacional – aliás o que já está a acontecer – e repensar a presença internacional sem passar necessariamente pelo Conselho de Segurança. E, por certo, que terá grandes apoiantes, se o fizer.

Esta é uma leitura possível da Resolução que em nada transgride o texto nem o espírito dos negociadores. Acredito, contudo, que os negociadores russos e jugoslavos não tinham esta possibilidade em mente, que para eles as Nações Unidas administrariam o território até que o mesmo regressasse à agora Sérvia com um estatuto de autodeterminação negociado. Mas não há garantias de que Richard Holbroke, quando dizia que a resolução era uma boa resolução, não estivesse a lê-la desta forma.

De facto, as Resoluções do Conselho de Segurança são obrigatórias e produzem efeitos imediatos para todos os estados. Mas também o é o direito de autodeterminação que não se esgotou nem caducou quando a comunidade internacional deixou de reconhecer a existência de colónias. O direito de autodeterminação, que é, ainda hoje, amplamente invocado na prática discursiva internacional não pode ser afastado da discussão.

Os interesses das grandes potências também se jogam aqui. Se os norte-americanos impulsionaram, quase desencadearam esta declaração pela intenção anunciada de reconhecerem a independência do Kosovo, uma posição que até há uns meses era secundada por uma União Europeia entretanto fragmentada, os russos sempre fizeram saber que considerariam uma declaração destas ilegal, mas, curiosamente, que se os estados reconhecessem a independência do Kosovo eles reconheceriam a independência de outras regiões secessionistas. Há aqui uma espécie de paradoxo, pois parece que, de

facto, a única independência que nunca reconhecerão é a do Kosovo. Talvez esta posição de força seja motivada por uma profunda lealdade à Sérvia, ou talvez não. Os norte-americanos, que são vistos no Kosovo como heróis libertadores, têm, pelo seu lado, interesse em manter limitada a preponderância russa na Europa, desequilibrando a relação a seu favor.

A União Europeia que, entretanto, assumiu a responsabilidade de substituir a ONU na supervisão das condições previstas no Plano, que o governo Kosovar se comprometeu a respeitar[15] ainda não foi capaz de falar, a uma só voz, com estados a declararem firmemente que não reconhecerão a independência (Chipre, Grécia, Roménia, Eslováquia, Espanha) e com estados que estão na primeira linha do reconhecimento, como a Alemanha, o Reino Unido, a França, a Itália e quase todos os outros parceiros. Esta é uma oportunidade de ouro para se afirmar como actor internacional coeso e, ao mesmo tempo, de contribuir para o processo de pacificação dos Balcãs.

Para as Nações Unidas é mais uma vez um momento de afirmação ou de descrédito. Desde há oito anos que a ONU governa o Kosovo numa missão que se acreditava ter todos os elementos de sucesso; pois faltou-lhe um desde o inicio: um mandato claro, e os resultados vêem-se hoje.

O Plano Ahtisaari é o melhor roteiro para a construção de uma sociedade multi-étnica, democrática, com um plano de desenvolvimento humano e uma agenda de segurança humana efectivos. As Nações Unidas tudo terão que fazer para interpretar criativamente a Resolução 1244, pois a revogação da mesma pelo Conselho de Segurança e o respectivo apoio ao Plano Ahtisaari, na prática em curso, estão definitivamente

afastados, graças à ameaça de veto russo e à posição de outros países. Mas ficar numa situação de imobilidade poderá, uma vez mais, significar o descrédito da capacidade da Organização em construir estados e, sobretudo, em construir modelos novos de relacionamento entre os seus estados membros.

Já é mais do que tempo de pensarmos nos kosovares e menos nos estados, de lhes mostramos e de mostrarmos a outros povos que o mais importante não são as fronteiras (para um europeu o que é ainda uma fronteira?) mas sim os povos das nações unidas. Quem tem medo de avançar?

Fotos © Lusa

---

[1] SIMON CHESTERMAN, *Kosovo in Limbo: State-Building and "Substantial Autonomy,"* International Peace Academy, Nova Iorque, Agosto 2001, p. 3, disponível in www.ipacademy.org. O conceito de autonomia substancial é fruto de uma negociação entre os EUA e a Rússia no final da campanha aérea da NATO, formalizada na S/RES/1244 (1999). Trata-se de uma reserva essencial para a própria existência da Missão, já que o governo jugoslavo recusar-se-ia a receber qualquer outro tipo de missão.

[2] S/RES/1244 (1999), 10 de Junho de 1999.

[3] O Pilar I (Assistência Humanitária), liderado pelo ACNUR, foi desactivado no final da fase de emergência humanitária, em Junho de 2000. Em Maio de 2001 foi estabelecido o novo Pilar I.

[4] Ver MÓNICA FERRO, *Construção de Estados, as administrações internacionais das Nações Unidas*, ISCSP. Lisboa, 2006, p.

[5] A expressão original é "*substantial autonomy and meaningful self-determination for Kosovo.*"

[6] SIMON CHESTERMAN, *You, The People, The United Nations, Transitional Administration, and State Building*, Oxford, Oxford University Press, 2006, p. 165

[7] História contada por Simon Chesterman, *You, The People*, p. 132

[8] *Standards for Kosovo*, UNMIK/PR/1078, 10 de Dezembro de 2003, Pristina

[9] Press Release SC/7951, 12 de Dezembro de 2003

[10] Ambos os documentos estão disponíveis em www.unosek.org/unosek/en/statusproposal.html

[11] International Crisis Group, Kosovo, No Good Alternatives to the Ahtisaari Plan, Crisis Group Europe Report N.º 182, 14 de Maio de 2007, p. 3.

[12] http://www.unosek.org/docref/020707Constitutional%20Provisions-F.doc

[13] *Non-majority Communities*, no original. Embora saibamos que se referem às comunidades minoritárias o termo escolhidos revela o maior cuidado em não alienar a comunidade sérvia.

[14] Os itálicos são expressões retiradas da Declaração de Independência de dia 17 de Fevereiro de 2008.

[15] Mónica Ferro, "Em estado frágil," Boletim do Centro Regional de Informação das Nações Unidas, Fevereiro de 2008, disponível in www.unric.org

Autora

Mónica Ferro
é Mestre e doutoranda em Relações Internacionais pelo ISCSP, e é Auditora do CDN 2006/2007

Diário de Notícias

Quinta-feira | 17 de Julho de 2008 | Ano 144.º | N.º 50 874 | 0,90€ | SFR 3,70 (Suíça) www.dn.pt
Director João Marcelino | Directores adjuntos Filomena Martins | Rui Hortelão | Subdirectora Catarina Carvalho

Riscos e vantagens do nuclear

Avaliação. Debate-tabu regressa com o aumento do preço do petróleo Actual, págs. 2 a 5

Energia Renovável

... a classe política, que deveria concentrar-se na construção, centra-se na destruição

Em tempos aprendi que a Genealogia era a melhor escola de modéstia que poderíamos encontrar na nossa sociedade. Com efeito, mesmo as mais apuradas estirpes familiares, confrontadas com o seu passado, cedo reconhecem a sua verdadeira origem, quase sempre com etapas menos prestigiantes do que a tradição oral contada pela vaidade. Lembrei-me desta teoria saída de uma longa conversa de café em que participei, para vos falar do que para mim está mal no Portugal de hoje. É que defendo que as pessoas, tal como os países, são aquilo foram; mas são acima de tudo, aquilo que podem ser e que podem dar.

Portugal está neste enfiamento: tem um passado que se considera glorioso; tem condições geográficas e humanas invulgares, mas está constantemente a renegar a sua evolução. Em Portugal, já o disse várias vezes, a crítica vende. E quanto mais crítico eu for, mais progrido na vida. Mesmo que não tenha uma ideia construtiva. Vivemos em permanente desconfiança com o futuro, e isso cerceia as nossas capacidades. Temos demasiados complexos diante do risco, e isso limita o nosso desenvolvimento. Para os Portugueses é muito mais importante o "estudo" do que a concretização. Vivemos a analisar estudos – que, na maioria dos casos, mais não são do que opiniões – e em análise de orçamentos. E enquanto o mundo evolui, nós continuamos a ver essa evolução e a criticar-nos por tudo e por nada.

Tenho para mim que o pessimismo não gera emprego, como não gera riqueza. Pelo menos de uma forma lícita. Ora, o mundo mudou. E muda todos os dias. Os problemas de hoje não são os de ontem. E as soluções de há dez anos não encaixam nas necessidades presentes. Há uns dias, conversando com um amigo meu chinês, apercebi-me de um pequeno detalhe que me encantou: enquanto nós – ocidentais – sempre vemos o futuro à nossa frente, o oriental vê o passado à sua frente; para trás está o futuro. E a razão, pelo que me foi dito, é porque o passado conhece-se, e o futuro não. Depois desta explicação, interroguei-me: nós, Portugueses, temos afinal uma mentalidade ocidental, ou oriental? Eu admito que sejamos uma mistura delas. Até é justificável. O que me repugna é que, de uma ou de outra, não tirámos a capacidade de concretização.

Estas perspectivas de pessimismo e de passado têm sido, ultimamente, transversais no debate partidário em Portugal. Quem conhece uma ideia da oposição? Quem conhece uma proposta de médio ou longo prazo na oposição ou no Governo? Quem conhece um partido que tenha algum desígnio para Portugal? Quem pensa o País numa lógica de desenvolvimento? Dou um exemplo: o debate sobre o TGV. Todo o português que lê jornais dá uma opinião sobre o TGV. Os economicistas, centralizados nos números, medem-no pelo custo da sua montagem; o resto dos portugueses pelo benefício e pelo desenvolvimento que pode trazer para o País. A lógica dos custos leva a pensar que "remendar" a actual linha permite melhorar a velocidade; a lógica do desenvolvimento pensa na aproximação do interior ao litoral e na interconectividade das cidades, na ligação internacional, no aumento da procura de passageiros, na melhoria que traz ao turismo, na interconexão com os aeroportos e com os portos, na melhoria ambiental. E, sobretudo, na ideia de que é uma obra que, mais tarde ou mais cedo, tem que ser feita, sendo que, por isso, é uma obra que fica.

Mas este tipo de tratamento inconsequente dos problemas não é único na questão do TGV. Veja-se outro: o Mar. Outro: a Indústria. Outro: a Educação. Veja-se outro ainda – mais grave porque afecta a Soberania: o debate sobre a Defesa e Segurança ou sobre o papel das Forças Armadas no Portugal de hoje.

E porque o País não tem ambições, a classe política, que deveria concentrar-se na construção, centra-se na destruição. A ASAE, a Inspecção e a Justiça Tributárias por via informática, as escutas telefónicas, as ofensas à liberdade dos cidadãos, sejam eles contribuintes, ou condutores de veículos, ou fumadores, sejam eles gordos ou magros, são o exemplo de um Estado onde a confiança no futuro se esvaiu. E por isso a política desumanizou-se: a diferença entre o Homem e as coisas esbateu-se. Instalou-se a cultura do medo. E os cidadãos revoltam-se.

Portugal precisa de ideias. Precisa de motivações. Mas, para isso, é necessário que o Poder – seja o Governo, seja a Oposição – nos diga que modelo quer para o nosso País. E, sobretudo, que afirme e prove que está empenhado em construí-lo: que envolva os Portugueses na sua construção.

O Prof. Raul Rosado Fernandes, nas suas *Memórias de um Rústico Erudito,* refere, a dado passo: "As chamadas razões de Estado acabam sempre por ser contra o Estado e, portanto, contra o povo (...) Considero ser este o aspecto da sociedade portuguesa que mais a prejudica e a que chamo a desonestidade alastrada. Não é ela constituída apenas por dinheiros recebidos ilegitimamente, nas obras públicas, nos grandes negócios do Estado (...) a desonestidade vinga também nos *perks*, que eu traduziria, em calão já usado na antiga situação salazarista, por tachos! Neste submundo da política já não há cor ideológica, nem convicções; apenas um apetite infindo de dinheiro e de poder impera" (Raul Miguel Rosado Fernandes, *Memórias de um Rústico Erudito*, Ed. Cotovia, Lisboa, 2007, pág. 383).

A visão do Prof. Rosado Fernandes é, normalmente, fruto de grande reflexão e conhecimento. Por isso não o desdigo. Mas, exactamente, pelo fundo de verdade que as suas palavras certamente encerram, e porque com elas não me conformo, creio que deveremos mudar o "chip" nacional.

Não me querendo alongar com histórias e citações, não resisto a deixar aqui uma última, que me parece uma excelente demonstração de que ainda podemos ser optimistas. Há dias esteve em Lisboa, numa prestigiada universidade, um professor norte-americano do MIT. Veio inspeccionar a universidade portuguesa. Ao sair, perguntou ao seu colega português: "Meu caro: vocês têm aqui tão bons ou melhores alunos do que eu tenho nos Estados Unidos; têm tão bons ou melhores professores do que eu tenho nos Estados Unidos; têm melhores instalações do que eu tenho nos Estados Unidos. Por que é que não têm aqui a melhor universidade do mundo?" ...

Têm duvidas de que conseguiremos?

Cavaco é contra o TGV, mas vai ver passar o comboio

Polémica. O Presidente sempre esteve contra o TGV, mas dificilmente inviabilizará o projecto. O Governo afirma que, no caso do TGV, não se repetirá o processo da Ota, em que, perante a oposição de Cavaco e do PSD, acabou a recuar na sua posição. Mesmo discordando Cavaco, o TGV avançaSe, (...)

In Diário de Notícias de 13JUL08

Todo o português que lê jornais dá uma opinião sobre o TGV

Autor

José António Silva e Sousa
Auditor do CDN 2002

Novas Perspectivas a Leste

As ambições de Bruxelas

No Conselho da União Europeia, a 26 de Maio, os Estados membros da União Europeia (UE) analisaran uma proposta de iniciativa sueca e polaca. O documento reconhece a "necessidade de fortalecer a oferta europeia em direcção a Leste e de desenvolver uma Parceria com o Leste"[1]. A iniciativa confere ênfase política a uma questão que tem vindo a ser debatida nos círculos bruxelenses: as políticas levadas a cabo pela UE na sua vizinhança têm revelado os seus limites em alcançar os resultados desejados. Propomos aqui uma avaliação do papel da UE nas suas margens orientais e as suas ambições na reestruturação do continente europeu, tendo em consideração três elementos estruturantes. O leque de instrumentos europeus, nomeadamente a Política Europeia de Vizinhança[2], serão abordados. Consideramos igualmente questões temáticas fundamentais para elucidar os interesses da UE, tais como a estabilização através da resolução de conflitos e a segurança energética. Alargámos também o panorama da abordagem e apresentámos o papel de outros actores, tais como a Rússia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), na definição e limitação do papel da UE. Temos por objectivo questionar as perspectivas de um envolvimento melhorado de Bruxelas a Leste.

A evolução da UE, desde o Tratado de Paris em 1951, permitiu o aprofundamento do processo comunitário nos três pilares[3] e inviabilizou a guerra entre as potências europeias, constante histórica do sistema de Estados na Europa, oriundo da paz de Vestefália (1648). A Europa pós-1989 tornou-se de novo um sujeito activo da sua História, o que permitiu o processo de alargamento da UE, nomeadamente aos Países da Europa Central e Oriental (PECO). Os novos Estados membros modificaram as percepções internas da UE acerca do seu papel no continente. A dicotomia entre antigos e

novos membros é útil para caracterizar as diferentes visões. Isso é particularmente visível na vontade de envolver mais a UE na resolução de conflitos, e na relação com a Rússia. Por um lado, alguns membros gostariam que Bruxelas se pautasse por princípios normativos e condicionam rigidamente a sua acção externa a valores comuns. Por outro lado, outros membros valorizam uma acção baseada na prossecução de interesses (mais realista). Por exemplo, os três Estados Bálticos defendem uma voz unida face à Rússia e preferem lidar com o Kremlin através de Bruxelas, e não bilateralmente. Países como a França, a Alemanha ou a Itália têm relações bilaterais privilegiadas com Moscovo. Recentemente, acordos energéticos bilaterais foram assinados com a Federação Russa (Gazprom) para garantir fornecimentos de gás com esse países, em troca do acesso russo aos mercados nacionais. Face à ausência de uma politica comum de energia, Moscovo pode usar a sua vantagem energética, enquanto principal produtor e fornecedor, e dividir para reinar na UE. No âmago destas diferenças internas, coloca-se a necessidade de criar mais solidariedade interna no espaço de integração para lidar com problemas e ameaças comuns.

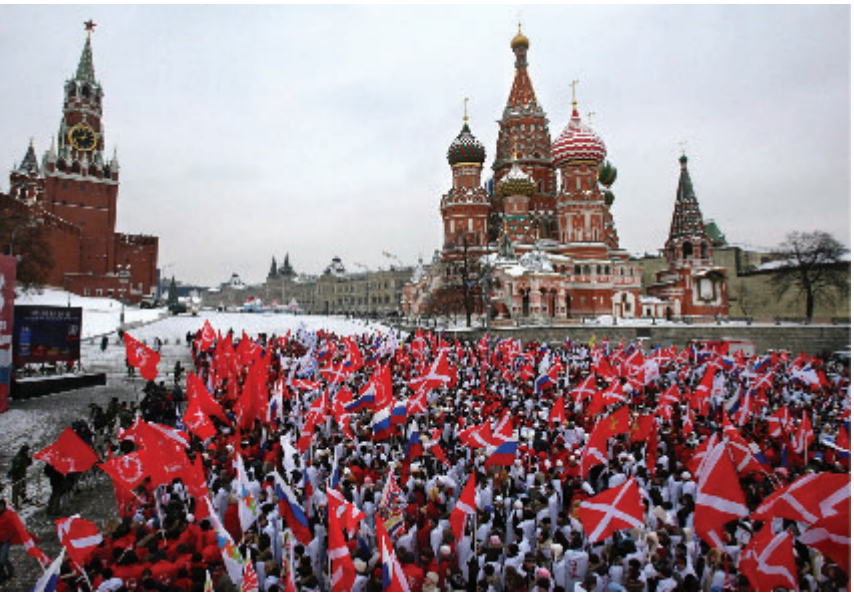
Na área da segurança, a NATO, enquanto vencedora da Guerra-fria, colocou-se como a organização internacional político-militar de segurança colectiva disponível para a Europa. Isto porque os esforços da UE em segurança e defesa ainda estavam numa fase incipiente. Eles iniciaram-se institucionalmente em 1992, em Maastricht, com a criação da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e, em 1999, com o enunciado da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD). No âmbito da NATO desenvolveu-se uma Identidade Europeia de Segurança e Defesa (IESD). Em 2002, os acordos "Berlim Mais" permitiram clarificar a cooperação operacional UE-NATO. Bruxelas conseguiu assim uma substituição parcial e operacional da Aliança Atlântica e das Nações Unidas nos Balcãs. A primeira operação PESD, de natureza civil, foi lançada em Janeiro de 2003. A Missão de Polícia da UE (MPUE) na Bósnia-Herzegovina contou com a participação da Rússia, juntamente com mais 29 outros Estados. Em Março de 2003, a UE lançou a sua primeira operação militar, na Macedónia, utilizando as capacidades de planeamento da NATO. A nível operacional, essas duas missões atenderam às necessidades oriundas do desmembramento da ex-Jugoslávia, tão dificilmente superadas pelos europeus durante a década de 90.

O período pós-2001 marca, portanto, uma forte transição em termos de PESC/PESD, uma vez que passámos de uma situação incipiente em 1998/1999 para a concretização da PESD com as primeiras missões em 2003, e os trabalhos para melhorar as capacidades operacionais. Também ficou confirmada a estreita relação entre a PESD e a NATO. A Aliança Atlântica deseja uma UE mais envolvida na Europa. No entanto, a PESC permanece um domínio intergovernamental da acção comunitária, sujeito à tomada de decisão por unanimidade, mesmo com as futuras inovações previstas no Tratado de Lisboa.

A Aliança Atlântica deseja uma UE mais envolvida na Europa

O quinto alargamento da UE, em Maio de 2004, teve por consequência mais visível um novo mapa da Europa, tendo agora a UE uma nova fronteira comum com a Rússia e outros países da ex-URSS. A Rússia toma maior importância porque é o maior vizinho. Este facto explica a iniciativa política tomada em Março de 2003, intitulada *Wider Europe- Neighbourhood: a New Framework for Relations with our Eastern and Southern Neighbours*, da qual faz parte o objectivo de desenvolver uma vizinhança de prosperidade e amizade. Genericamente, o objectivo desta política é partilhar os benefícios do alargamento com os Estados vizinhos, a fim de evitar a emergência de "novas linhas divisórias" no continente. Essa expressão retoma indirectamente a temática da "Europa fortaleza", isto é, a preocupação da UE não ser um espaço fechado de estabilidade e desenvolvimento.

O objectivo estratégico de criar segurança na sua vizinhança é assumido também pela UE no documento *European Security Strategy* de Dezembro de 2003[4]. A Política Europeia de Vizinhança (PEV) concorre, portanto, para esse objectivo estratégico. A União coloca uma condicionalidade prévia ao desenvolvimento da PEV: ela dependerá da partilha efectiva de valores[5] entre a UE e os Estados parceiros. A metodologia consistiu em estabelecer conjuntamente prioridades e incorporá-las num Plano de Acção que cobre várias áreas, nomeadamente a do diálogo político. Podemos considerar que a resposta de Bruxelas à necessidade de novos programas de cooperação, no âmbito da PEV, teve como efeito prático a multiplicação e a duplicação de objectivos e não uma verdadeira melhoria da cooperação. A PEV apresenta-se, portanto, como um *repackaging* de meios existentes. Isto porque os recursos atribuídos não foram aumentados, mas



A Rússia toma maior importância porque é o maior vizinho

decorrem do fraccionamento dos recursos já existentes nos outros programas de cooperação. Numa perspectiva sistémica sobre o orçamento da UE, a tendência não aponta para um aumento relativo da sua capacidade orçamental na acção externa, uma vez que tem de suportar os custos do seu alargamento a nível interno.

O facto de Bruxelas definir politicas integracionistas a Leste, no âmbito do seu conceito *Wider Europe*, permite a países como a Moldova, a Ucrânia, ou a Geórgia, desenvolver aspirações europeias e transatlânticas. Desde 2007, a UE procura incluir, de forma consistente, a região do Mar Negro na sua área de influência. Está em curso a criação de uma *Wider Black Sea Region*[6]. No entanto, o crescente envolvimento de Bruxelas não é isento de tensões politicas, nomeadamente com Moscovo. O Kremlin percepciona a PEV como uma iniciativa unilateral da UE e como um desafio aos seus interesses. A relutância russa, persistente, em contribuir de forma positiva para a resolução dos "conflitos congelados", na Moldova e na Ucrânia, deve ser encarada, tendo em consideração esses elementos. A agudização das tensões com Tbilisi, desde Março último, devido ao suporte russo a Abkhazia, pode ser interpretada como uma tentativa de travar as aspirações georgianas de adesão à NATO. De facto, em Abril, na Cimeira de Bucareste, esse desiderato foi adiado pelos Aliados. A situação ucraniana espelha os mesmos cálculos. Nesse caso, Moscovo enuncia pretensões de soberania na península da Crimeia.

Os modos de aproximação entre Bruxelas e Moscovo são indissociáveis dos mecanismos de acomodação NATO-Rússia. Isto foi determinado não só pelo papel da Aliança Atlântica na segurança europeia e pelo seu processo de alargamento a Leste, mas também pela percepção russa da UE e da NATO, em que Bruxelas é vista como uma alternativa desejável à Aliança na Europa. Dois factores determinam a atitude do Kremlin em relação à NATO: a percepção da organização como um desafio aos interesses russos de segurança é prevenir que o papel central na segurança europeia esteja numa estrutura à qual a Rússia não tenha acesso. Hoje, Moscovo recuperou uma posição internacional que lhe permite rever o *status quo* aceite até ao segundo mandato do Presidente Putin. O alargamento da NATO, as ambições da UE a Leste e as iniciativas norte-americanas no continente (projecto de sistema anti-míssil) são contestados pela Federação Russa. Apesar das interdependências existentes (energia, comércio) e dos quadros de cooperação avançados, o ambiente político degradou-se significativamente. Esse contexto paradoxal põe em risco a inclusão da Rússia nas dinâmicas europeias de estabilidade e prosperidade. A Rússia questiona hoje o valor acrescentado das suas opções europeias. Bruxelas só conseguirá desenvolver com sucesso novas iniciativas a Leste, nomeadamente na resolução de conflitos, se encontrar dinâmicas de interacção positivas com Moscovo. A sua consolidação enquanto actor global, nomeadamente na área da segurança e da defesa, é fundamental nessa perspectiva.

Fotos © Lusa

---

[1] "Polish-Swedish Proposal: 'Eastern Partnership'", 23 May 2008. Available in *CEPS Neighbourhood Watch* at http://www.ceps.eu.

[2] European Commission. 2003. "COMMUNICATION FROM THE COMMISSION TO THE COUNCIL AND THE EUROPEAN PARLIAMENT Wider Europe—Neighbourhood: A New Framework for Relations with our Eastern and Southern Neighbours COM (2003) 104 final", Brussels, 11 March.

[3] A terminologia "pilares" será substituída quando o Tratado de Lisboa entrar em vigor, após a ratificacão pelos Estados-membros.

[4] European Council. 2003. "A SECURE EUROPE IN A BETTER WORLD. EUROPEAN SECURITY STRATEGY" Brussels, 12 December. Esse documento encontra-se em fase de revisão e aguarda-se o resultado desse processo no Conselho Europeu de Dezembro de 2008.

[5] Os valores enunciados pela COM são os seguintes: o Estado de Direito, a boa governança, o respeito pelos Direitos Humanos, a promoção de uma boa relação de vizinhança, e os princípios de uma economia de mercado e de desenvolvimento sustentável (European Commission 2004).

[6] Hamilton, Daniel and Gerhard Mangott. 2008. *The Wider Black Sea Region in the 21st Century*. Washington, D.C: Center for Transatlantic Relations.

Autora

Sandra Dias Fernandes
Auditora do CDN 2003/2004

Empresas e Instituições amigas da AACDN

Ministério da DEFESA Nacional

EXÉRCITO

Jornal do Exército

ANA Aeroportos de Portugal

Delta CAFÉS

O BPN é o Banco com lugar para todos

BPN

PT

REN Redes Energéticas Nacionais

Montepio

FUNDAÇÃO LUSO-AMERICANA

VILA DE CASCAIS

Brisa

MUI NOBRE E SEMPRE LEAL CIDADE DE ÉVORA

HERDADE DO ESPORÃO

MCCLXVII

ENOTURISMO

ctt

Os CTT-Correios de Portugal têm por missão o estabelecimento de ligações físicas e electrónicas entre os cidadãos, a administração pública, as empresas e as organizações sociais em geral. A sua tradição postal será progressivamente reforçada e alargada às actividades e áreas de negócio onde a vocação logística e comunicacional da empresa possa ser eficientemente colocada ao serviço dos clientes.

Município de Reguengos de Monsaraz

Rumo à Modernidade

A NATO
e o processo de reconstrução do Afeganistão

Em 2008, o Afeganistão apresenta-se com uma realidade que não seria expectável, quando, em 2001, se iniciou a campanha militar para derrubar o regime talibã. Neste ano, o Afeganistão era uma prioridade em termos internacionais e, por conseguinte, a NATO assumiu a gestão da situação. Esta missão assumiu-se como o primeiro teste da NATO numa área fora da zona euro-atlântica, lançando a NATO do século XXI – uma NATO global capaz de operar fora da sua área natural de influência. Após o derrube do governo talibã pelo exército americano, o Conselho de Segurança das Nações Unidas autorizou, em Dezembro de 2001, a constituição de uma força internacional com vista à estabilização do país, a *International Security Assistance Force* (ISAF). A partir de 11 de Agosto de 2003, o comando da ISAF passou para as mãos da NATO: esta passou a ser a responsável pelo comando, planeamento e coordenação da força.[1] Seguiu-se a reconstrução do país: em Maio de 2003 surge a primeira PTR (*Provincial Reconstruction Team*).

As operações de combate contra a insurreição talibã têm dificultado a tarefa de estabilização e reconstrução do país. A ISAF, que inicialmente estava destinada a patrulhar Cabul, inicia, em 2004, uma nova etapa com quatro fases de expansão, começando para Norte e Oeste e, mais tarde, para Sul e Este. Em 2006, abrange todo o território afegão[2].

Após assumir a chefia da ISAF, surgiram alguns desentendimentos em torno da gestão da missão. Em primeiro lugar, tanto os efectivos militares como os próprios recursos são escassos, face ao grau de violência e conflitualidade dos combates, que aumentaram desde Julho de 2006.

Efectivamente, a questão da contribuição de recursos constitui, ainda hoje, uma fonte de discórdia dentro da organização. De facto, o reduzido contingente de tropas destacadas no Afeganistão é apontado como um dos principais motivos para a pouca eficácia da ISAF. Isto porque o menor número de forças para combate e reconstrução implica níveis mais baixos de segurança, menor crescimento económico e, também – não menos

importante – menor confiança na missão em si. Se analisarmos os últimos dados referentes aos soldados destacados no Afeganistão, vemos que estes têm vindo a aumentar: de 35460 soldados em inícios de 2007, passaram para 43250 em 2008. Este é um número muito reduzido pois, no terreno, equivale a um soldado aliado por cada 25 km de território. Existe, portanto, uma diferença abismal entre esta missão e, por exemplo, as missões, quer em Timor-Leste (com 1 soldado por cada 1.5 Km), quer no Kosovo (com 1 soldado em cada 300 metros).

Esta situação explica-se porque, por um lado, Estados com exércitos numerosos, como os Estados Unidos e o Reino Unido, têm já grandes destacamentos no Iraque. Por outro, os restantes aliados continuam a mostrar-se relutantes em ceder mais reforços, dadas as limitações financeiras, uma opinião pública interna adversa e, inclusive, a falta de capacidades militares em termos técnicos e tácticos para uma missão desta natureza.[3]

Além disso, as restrições impostas pelos Estados membros à actuação das suas tropas no terreno (os *caveat*) prejudicam a eficácia da operação e geram atritos entre os diferentes Estados, visto não haver um equilíbrio na distribuição de tarefas.[4] Durante a Cimeira de Riga, realizada em Novembro de 2006, pressionados por vários apelos, alguns líderes aceitaram atenuar essas limitações.[5]

No Afeganistão, são ainda outras as condicionantes decorrentes das dificuldades de cooperação (resultantes da inexistência de uma estrutura capaz de maximizar os recursos existentes no terreno) entre a componente civil e militar da operação, pelo que se assiste a uma proliferação de modelos de organização e de cooperação nas várias províncias afegãs.

O objectivo principal das forças internacionais é promover um ambiente estável e seguro. Contudo, estas missões têm lugar em ambientes onde abunda a presença de organizações de carácter humanitário e instituições civis que lidam com assuntos de natureza diversa, mas nunca são de carácter militar. Ora, esta situação veio evidenciar a necessidade de gerir a cooperação militar e civil, principalmente entre as organizações de carácter político-civil e as organizações de carácter militar.

São diversas as abordagens com que os diferentes Estados gerem as suas PRTs. As PRTs são forças não militares, constituídas por homens da NATO e do Exército Nacional Afegão, que têm como função ajudar na reconstrução do país. Estas são divididas pelas províncias do Afeganistão, e são da responsabilidade dos vários Estados que compõem a coligação. Ajudam na reconstrução de hospitais, escolas, vias de comunicação, entre outras. Estas obras de reconstrução estrutural servem para criar as condições mínimas para a construção de uma máquina económica viável no país. Não existe, contudo, um modelo único de gestão das PRTs. Há Estados que apostam mais na componente militar e outros que minimizam essa componente. No que concerne à reconstrução, o modelo também varia. Estados como os EUA monopolizam e tomam a dianteira no processo de reconstrução das suas PRT; já Estados como a Holanda preferem transferir essa responsabilidade para o governo afegão para o dotar de experiência governativa.

As PRTs são forças não militares, constituídas por homens da NATO e do Exército Nacional Afegão, que têm como função ajudar na reconstrução do país

Assiste-se, assim, a um debate interno nos Estados membros que influencia a forma como estes gerem as suas PRT. Trata-se da dicotomia entre segurança e desenvolvimento, ou, como sintetizou Tony Blair, "without progress – in democracy and in prosperity – security is at risk. Without security, progress falters."[6]

Neste sentido, iremos analisar a forma de aplicação das estratégias definidas pelo governo afegão, conjuntamente com a comunidade internacional, no âmbito das diversas PRTs, lideradas por diversos países. Tal análise é necessária, já que cada Estado imprime a sua marca na forma de cooperar e de lidar com os problemas locais. Assim:

Modelo norte-americano, britânico e canadiano – a prioridade para estes Estados é o combate às forças talibã. A reconstrução do Estado afegão aparece como segunda linha de acção. A gestão financeira e a elaboração de planos de reconstrução dentro das PRT estão a cargo dos Estados encarregues de cada PRT. Tal solução é defendida por estes países, por ser uma forma eficaz de evitar desvios de verbas através da corrupção local. Eles são também responsáveis pelos planos de reconstrução, construção de estradas, desenvolvimento da economia e desenvolvimento agrícola. Para dotar os líderes locais e os órgãos de governo de capacidade no âmbito da governação e da elaboração de planos de reconstrução a longo prazo, são promovidos *workshops* capazes de educar nestas áreas.

Modelo alemão – o objectivo da Alemanha na sua participação no Afeganistão é ajudar a manter a estabilidade da região. A Alemanha tem 3200 forças no ISAF treinadas para esse mesmo efeito, ainda que tenha recusado o envio de homens para assistirem as forças aliadas em caso de necessidade.

Apesar de, no ano passado, a Alemanha se ter comprometido a ficar no terreno por mais um ano, a Chanceler Angela Merkel rejeitou o pedido do Secretário-Geral da ONU para o envio de tropas alemãs para o Sul do país para operações de estabilização, como as que operavam no Norte.

A opção é "jogar pelo seguro", diminuindo ao máximo os riscos. O apoio popular às operações levadas a cabo pela Alemanha tem diminuído. Muitos Estados aliados lamentam as limitações impostas às forças alemãs e à actuação das mesmas. As críticas prendem-se com a restrição da actuação das tropas ao seu perímetro de acção, a inacção em relação aos grupos armados e a falta de resposta aos incidentes, o que põe em causa a segurança e, consequentemente, a credibilidade do governo e limita a cooperação/actuação do seu país com forças de outros países aliados.

O treino da polícia afegã estava a cargo da Alemanha e foi, também, alvo de críticas pelas poucas mudanças percepcionadas neste sector, decorrentes da falta de autoridade do governo alemão.

Modelo holandês – a força holandesa está situada no Sul do país. Com o ressurgimento talibã, a zona sul tornou-se mais perigosa, daí que o governo holandês tivesse sentido necessidade de aumentar o seu contingente.

Em termos de actuação, esta força acredita que a estratégia de desenvolvimento do Afeganistão deve passar pela ligação entre o Afeganistão e outras forças regionais. Dentro da sua zona de influência, é patente uma tentativa de ligação com as organizações locais, de forma a dar o máximo de responsabilidade possível aos Afegãos no que toca à reconstrução do seu país.

Nota-se que há uma tentativa de distanciação entre estas forças holandesas e as forças americanas. Tal deve-se à falta de entendimento entre os aliados, no que se refere ao combate ao terrorismo e à forma de tratamento dos terroristas. Existe uma preocupação na forma como a população encara o papel da NATO. O governo holandês criou um fundo de ajuda rápida para as vítimas inocentes de ataques da NATO. Desta forma pretende-se melhorar a imagem das forças internacionais junto da população afegã.

No que concerne à reconstrução, a Holanda optou por transferir os fundos das suas PRT para o governo central do Afeganistão. Acredita que a responsabilidade e o planeamento das obras de reconstrução devem estar a cargo do governo central, e não a cargo de uma potência estrangeira.[7] Não obstante, envolve-se directamente em alguns projectos, como o abastecimento de água às populações.

A missão no Afeganistão tem levantado sérias questões acerca da forma como os Aliados, dentro da NATO, interagem entre si, assim como a forma como a cooperação entre a vertente civil e militar é encarada.

Não sendo fácil definir as prioridades no que concerne à reconstrução e desenvolvimento do Afeganistão, assiste-se a um mosaico interessante de respostas aos problemas diários afegãos. Neste momento, o Afeganistão assume-se como um óptimo laboratório para testar formas de cooperação e de interacção, tanto a nível internacional como a nível local.

Globalmente, a actuação da NATO no Afeganistão tem sido positiva, já que a situação actual é consideravelmente melhor do que há sete anos atrás. Contudo, um descurar das componentes de cooperação pode redundar num fracasso da operação e, neste momento, falhar não é seguramente uma opção viável para a organização.

Fotos © Lusa

---

[1] NATO, "International Security Assistance Force" (em http://www.nato.int/issues/isaf/index.html).

[2] Renée de Nevers, "NATO's International Security Role in the Terrorist Era", *International Security*, vol. 31, nº 4, Primavera de 2007, pp. 49-50.

[3] Julianne Smith e Michael Williams, "What Lies Beneath: The Future of NATO through the ISAF Prism", Center for Strategic and International Relations, 31 de Março de 2008 (em http://www.csis.org/component/option,com_csis_pubs/task,view/id,4409/type,1/).

[4] *Id.*, p.51.

[5] Paul Gallis, "NATO in Afghanistan: A Test of the Transatlantic Alliance", *CRS Report for Congress*, 6 de Maio de 2008 (em http://digital.library.unt.edu/govdocs/crs/permalink/meta-crs-9520).

[6] "Blair Calls for 'Progressive Pre-emption'", Epolitix.com, 27 de Maio de 2006 (http://www.epolitix.com/latestnews/article-detail/newsarticle/blair-calls-for-progressive-pre-emption/).

[7] Gallis, *op. cit.*, p. 16.

Autora

Maria do Céu Pinto
Professora na Universidade do Minho
Sócia nº 778/00 da AACDN

José Veiga Simão (XIII Governo Constitucional)

Nome: José Veiga Simão
Data de nascimento: 13 de Fevereiro de 1929
Naturalidade: Guarda
Estado Civil: casado
Número de Filhos: quatro

Foi com manifesta surpresa que, em Novembro de 1997, políticos, militares e jornalistas acolheram a notícia de que Veiga Simão seria o Ministro da Defesa Nacional da remodelação do governo de António Guterres, em substituição do demissionário António Vitorino. A razão para tal admiração prendia-se com a facto de o mesmo ter sido Ministro da Educação de Marcelo Caetano, numa altura em que tinha, a seu cargo, a execução de uma profunda reforma no sistema educativo, nunca antes realizada em Portugal.

Formado em Ciências Físico-Químicas por Coimbra, Veiga Simão, o homem dos "Dois Regimes", é filho de um cabo da GNR e Irmão de um coronel do Exército. Fez serviço militar em Mafra, mas não seguiu a carreira das armas por sofrer de miopia. Logo após a conclusão da licenciatura, foi assistente convidado da cadeira de Física na Universidade onde se formou. Aos 32 anos, foi professor catedrático, depois das bolsas no Instituto de Alta Cultura na Faculdade de Ciências de Coimbra e na Universidade de Cambridge, no campo da energia nuclear. Seguiu-se o doutoramento em Ciências Físico-Químicas, com a classificação de 20 valores. Entre 1963 e 1969, foi reitor da Universidade de Lourenço Marques. Foi nomeado, no ano seguinte, Ministro da Educação, em cujo cargo se manteve até ao 25 de Abril. Em 1974, o general Spínola indicou-o para embaixador de Portugal junto das Nações Unidas. Manteve-se na ONU durante alguns meses, pedindo a demissão após os acontecimentos do 11 de Março. Foi saneado da Função Pública pelo Conselho da Revolução, ate Novembro de 1975, ano em que foi reintegrado como servidor do Estado, por iniciativa de Ramalho Eanes. Permaneceu nos EUA durante o ano lectivo de 1976/1977, como *Visitlng Fellow* na Universidade de Yale e consultor no Colégio de Lesley.

Regressado a Portugal, aderiu ao Partido Socialista em 1983. Em 25 de Abril do mesmo ano foi eleito deputado pelo circulo da Guarda. Mário Soares concedeu-lhe a pasta da Indústria e da Energia, no IX Governo Constitucional. Presidia, na altura, ao Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial. O Primeiro-Ministro António Guterres convidou-o para a pasta da Defesa. Demitiu-se do cargo em Maio de 1999, na sequência de uma crise governamental profunda, motivada pela exoneração do Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, almirante Fuzeta da Ponte. Para além de um percurso académico brilhante, Veiga Simão possui as condecorações de Grã-Cruz da Ordem de Cristo e Grã-Cruz da Ordem de Santiago. É também doutor *honoris causa* da Universidade do Minho desde 1994. Antes tinha recebido o título equivalente pela Universidade Witwatersrand Johannesburg e pelo Lesley College.

Principais medidas enquanto MDN

A estreia pública de Veiga Simão, enquanto Ministro da Defesa, aconteceu a 28 de Novembro de 1997, na sessão solene de abertura do ano académico no Instituto da Defesa Nacional. A ocasião serviu para dar a conhecer as linhas orientadoras do seu mandato e partilhar com a audiência "o velho sonho" de criar uma Universidade das Forças Armadas, sem prejuízo da "identidade de cada um dos ramos". Definiu também, como prioridades da Defesa, o lançamento de um debate sobre as consequências constitucionais do Serviço Militar Obrigatório, com vista à profissionalização total das Forças Armadas, a redefinição do conceito estratégico de Defesa e o planeamento de aquisições de novos equipamentos, entre os quais alguns submarinos.

Entre as várias medidas tomadas, destaca-se a autorização para aquisição, por parte do Exército, de 21 obuses de 105 mm (portaria n.º 16/98 de 19 de Dezembro) e de equipamento especifico para as missões no Kosovo, através de ajuste directo (Despacho conjunto n.º 503/99, de 27 de Maio). Há ainda os protocolos com entidades de ensino superior e a atribuição do grau de bacharel em Enfermagem, ministrado pela Escola de Serviço de Saúde Militar (Portaria n.º 314/98 de 21 de Maio).

Autora

Tenente Ana Dias, Gabinete de Comunicação e Relações Públicas do MDN, Licenciada em Comunicação Social pelo ISCSP

Acontecimentos & Actualidades

Os Valores da Nação e o Papel das Forças Armadas nas Sociedades Desenvolvidas

Conforme anunciado no *Cidadania e Defesa* nº 30 (Abril-Maio de 2008), teve lugar, no dia 9 de Junho, a conferência subordinada ao título desta notícia, na Fundação Calouste Gulbenkian.
Pela importância do tema, transcrevem-se, na íntegra, as palavras proferidas pelo Presidente da Direcção da AACDN na sessão de abertura:

"É com sentida honra que a AACDN se associa à louvável realização desta conferência, que tem como pano de fundo os Combatentes das Forças Armadas.
Digo louvável e poderia acrescentar notável, já que não são frequentes as oportunidades criadas no sentido da necessária abertura para a discussão de matérias que podem contribuir para o esclarecimento e consolidação do papel de quem combateu e combate em nome da Pátria. Ao dizer Pátria, de modo nenhum me vinculam preceitos retóricos da necessária adaptação do discurso ao auditório, nem me orientam intuitos persuasivos, mas, tão-só, o de querer precisar o termo à *envolvência* da partilha de preocupações, interrogações e hipóteses de trabalho para o futuro.
Ser-se, ou ter-se sido, Combatente, deverá ser sempre motivo de orgulho e não de vergonha. Orgulho, porque se demonstra ser possuidor de uma abnegação, coragem e determinação, fora do comum. Esta síncrese de virtudes, que se quer mantida e continuadamente cultivada, de modo nenhum pode ser encarada como paradigma de vergonha, uma vez que o combatente cumpre as determinações, encaradas pelo poder vigente na ocasião, como de importância insofismável para a defesa dos superiores interesses da Nação, apesar de, na sua consecução, se poderem vir a cometer erros.
A História, de uma forma desapaixonada, bem tem demonstrado o valor do Combatente português, apesar do jacobinismo militante de certos profetas da desgraça que procuram apoucar os seus feitos. Esta visão desfocada prejudica a imagem de seriedade e a legitimidade teleológica das Forças Armadas perante a sociedade portuguesa.
Se é um dever a Nação render homenagem aos seus Combatentes, parece-nos, contudo, que o melhor modo de os honrar, de forma a que o seu sacrifício não tenha sido em vão, reside na preparação dos cidadãos para os confrontos do futuro.
É que os confrontos, que se adivinham, não são menos intensos que os de outrora e interessam, mais do que nunca, a todos nós.
Esta verdade, de contornos óbvios, mal esconde uma outra, a de, se quisermos ultrapassar as batalhas do futuro, necessitarmos, a par das qualidades acima enunciadas, de uma maior acutilância e de estratégias bem definidas e coordenadas.
Dantes, sabia-se onde estavam as ameaças. Actualmente, as mesmas, sendo mais subtis, apresentam-se de contornos esfumados e interiorizadas nos nossos limites, a par de um *travestimento* de grandes promessas e sempre acompanhadas de laudatórios, visando, preferencialmente, os referenciais que se constituem estruturais de qualquer nação.
Na medida em que afecta a cultura interna, compromete a compreensão coerente e original do entendimento da necessidade de Defesa, atraindo personalidades motivadas pela miragem de compadrios sociais ou económicos, abrindo, deste modo, o campo a desvios denotadamente prejudiciais e de difícil recuperação, ao mesmo tempo que afastam os resistentes, a quem tais manobras causam mais perplexidade e desconfiança do que reconhecimento da sua utilidade e esperança.
A este propósito, permitam-me que cite, para terminar, Karl Popper, no seu livro *O Realismo e o Objectivo da Ciência,* acerca da Verdade, que *consiste na concordância dos factos com o que se afirma, sendo que a procura da Verdade é sempre um processo de aproximações sucessivas por novas conjecturas que refutam as actuais conjecturas e que, relativamente a elas, se mostram mais adequadas.*
Deste modo, só com base no conhecimento e numa preparação evoluída se podem vencer as batalhas deste futuro tão enigmático. E disso, as Forças Armadas têm perfeito conhecimento, assim o entenda a própria Sociedade, como desígnio nacional."

Sábados Culturais

1-2-3-4-5-6-7-8-9-10-11-12-13-14-15-16-**17**-18
19-20-21-22-23-24-25-26-27-28-29-30-31

Janeiro-Fevereiro-Março-Abril-**Maio**
Junho-Julho-Agosto-Setembro-Outubro
Novembro-Dezembro **2008**

Visita ao Palácio Nacional de Mafra e à Escola Prática de Infantaria

Sessenta e quatro era o número de pessoas, entre auditores, seus familiares e amigos, que veio até Mafra, no passado dia 17 de Maio, com o fim de visitar o Palácio Nacional e a Escola Prática de Infantaria, cumprindo, assim, mais um *Sábado Cultural.*

Em virtude de o grupo do AACDN ser grande – o que muito nos aprouve – houve necessidade de ser dividido em dois subgrupos, que foram conduzidos por duas excelentes guias, as quais nos forneceram vasta informação, agradavelmente transmitida.

O Real Convento de Mafra foi mandado construir por D. João V (1689-1750), em cumprimento do seu voto, para obter sucessão do seu casamento com D. Maria Ana, de Áustria, ou a cura para uma grave enfermidade de que o rei padecia.

O conjunto arquitectónico desenvolve-se simetricamente a partir de um eixo central, a Basílica, ponto culminante de uma longa fachada ladeada por dois torreões, tendo na parte posterior a zona conventual da Ordem de S. Francisco da Província da Arrábida, que foi também ocupada, entre 1771 e 1791, pelos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho.

A direcção desta "Real Obra" foi entregue a João Frederico Ludovice, ourives alemão, com conhecimentos de arquitectura adquiridos em Itália.

Para o "Real Convento de Mafra", encomendou o monarca obras de escultura e pintura de grandes mestres italianos e portugueses. Na Flandres, encomendou ainda dois carrilhões com 92 sinos, que constituem o maior conjunto deste género no mundo.

Este momento possui uma das mais importantes bibliotecas portuguesas com cerca de 40 000 obras, verdadeira síntese do saber enciclopédico do século XVIII.

Após a visita ao Palácio, seguimos para a Escola Prática

de Infantaria, unidade criada em 1887, no reinado de D. Luís I, que materializou a ideia de escolas práticas destinadas à instrução profissional dos oficiais de Infantaria e de Cavalaria. No entanto, a ocupação do Convento por Unidades militares iniciou-se em 1841, com o Batalhão de Caçadores nº 27.

Na EPI, tivemos a oportunidade de visitar outras áreas do convento, de há muito habituado à saudável parceria entre as tradições secular/militar, cultural e religiosa.

No antigo e imponente Refeitório dos Frades, a convite do Comandante da EPI, pudemos apreciar uma refeição militar, concluindo, assim, a verdadeira visita de estudo.

Muitos continuam
a ser os Auditores
dos Cursos de Defesa Nacional que,
ao longo de mais de três décadas,
se notabilizaram
nas mais diversas áreas: nas Artes
ou nas Letras,
nas Ciências ou
na Educação, na Política ou na Guerra.
Porque a sua acção
é digna de mérito,
vale a pena ficar
a conhecê-los... indiscriminadamente...

UmDeCadaVez

Abílio Ançã Henriques nasceu em Aveiro, em Setembro de 1951. Licenciou-se em Finanças no então designado Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa em 1973, tendo concluído posteriormente uma especialização em Alta Direcção de Empresas, em programa realizado pela AESE (Portugal) com o apoio do IESE (Espanha) e a colaboração da Universidade de Harvard (EUA).

Actualmente, é Inspector-Geral do Grupo Portugal Telecom, cargo em que está enquadrado desde Abril de 1994 e, em representação da Portugal Telecom, integra o Conselho de Direcção do INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores.

No período de Abril de 2001 a Junho de 2002 exerceu as funções de Administrador e de Presidente da Comissão Executiva da PT - Multimédia, Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA., tendo assumido, por inerência, os cargos de Presidente do Conselho de Administração da TV Cabo Portugal, SA, da LUSOMUNDO – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SGPS, SA, da PT - Multimédia.Com, Serviços de Acesso à Internet, SGPS, SA e da PT Conteúdos, SGPS, SA.

De 1998 a 2001 exerceu funções de Vice-Presidente e de Presidente da Telesp Celular, SA e da Telesp Celular Participações, SA, empresa de telecomunicações móveis do Estado de São Paulo, Brasil.

No período de 1997 a 1998, exerceu funções de Administrador-Delegado da Previsão-Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, empresa participada pela Portugal Telecom que tinha a seu cargo a gestão dos fundos de pensões do Grupo Portugal Telecom e dos Correios de Portugal.

De 1994 a 1997, integrou o Conselho de Administração da TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais, SA, como Vice-Presidente.

O ingresso no sector de telecomunicações verificou-se em 1990, na Companhia Portuguesa Radio Marconi, SA, tendo aí exercido funções de Director de Controlo de Participadas até 1991 e posteriormente de Director Central Financeiro, no período de 1991 a 1993, e de Administrador, de 1993 a 1994.

Até 1990, desenvolveu actividade profissional no Ministério das Finanças, onde foi admitido como Inspector do quadro técnico superior da Inspecção Geral de Finanças. Neste Organismo, progrediu até ao topo da respectiva carreira, tendo atingido a categoria de Inspector Superior de Finanças Principal. A par disso, a partir de 1980, assumiu diversos cargos de direcção superior, ascendendo à categoria de Subinspector-Geral de Finanças em 1983 e assegurando a substituição legal do Inspector-Geral de Finanças, de 1986 a 1989, ano em que deixou os quadros do Ministério das Finanças.

No campo universitário, actuou como Professor Convidado do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, no período de 1989 a 1998, onde leccionou matérias de Controlo de Gestão e de Auditoria. Tem a qualificação profissional de Revisor Oficial de Contas (ROC) desde 1980, tendo sido membro da respectiva Comissão de Inscrição dos ROC no período de 1980 a 1990.

Em 2003, concluíu o Curso de Defesa Nacional, obtendo assim a qualificação de Auditor da Defesa Nacional e ingressando na AACDN como sócio nº 812/2003. Desde o início de 2008, exerce o cargo de Presidente da Assembleia Geral da AACDN, depois de ter integrado a Direcção nos mandatos anteriores, como Presidente em 2006/2007 e como Vice-Presidente em 2004/2005.

AQUI DENTRO ESTÁ TUDO O QUE UMA EMPRESA PRECISA PARA COMUNICAR.

Voz Fixa - Voz Móvel - Internet Fixa - Internet Móvel

€ 70/mês + IVA por posto de trabalho*, incluindo:

- Telemóvel
- Telefone fixo
- Central Telefónica
- Computador
- Placa banda larga
- Router
- Anti-vírus grátis, durante 3 meses

Ligue já **800 96 00 00** ou vá a **www.tmn.pt**

* Preço com IVA a 21%: €84,70 por mês por utilizador (para 5 utilizadores). Custo de adesão: €150+ IVA (€181,50 com IVA a 21%). Condições exclusivas para empresas, com contrato de 36 meses, válidas à data de edição desta publicação.

tmn negócios

PT Comunicações